

Disciplina: Gênero e Justiça

Docente: Dra. Anabelle Lages

Ementa: As relações entre gênero e justiça na sociedade brasileira. Impactos da representação feminina no judiciário. Gênero, raça e classe no Judiciário brasileiro. Feminização das carreiras jurídicas. Gênero e magistratura. Sociologia das profissões jurídicas. As teorias feministas e o discurso jurídico.

Objetivos:

Geral:

Apresentar, discutir e refletir, a partir de análises teóricas e de acontecimentos sociais sobre as relações entre Gênero e justiça no Brasil.

Específicos:

1. Refletir sobre a representação feminina no Poder Judiciário;
2. Conhecer os efeitos da feminização das carreiras jurídicas;
3. Compreender os impactos das teorias feministas no discurso jurídico.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas participativas, de modo que a leitura dos textos se faz imprescindível para o bom andamento das atividades. A cada semana dois alunos ficarão responsáveis pela condução inicial das leituras. O primeiro ficará encarregado de realizar a reconstrução teórica e o segundo deverá apontar suas considerações críticas. Para melhor apreensão das discussões e enriquecimento do debate, sempre que for possível, haverá também indicações de filmes, documentários e literatura nacional e mundial.

Metodologia de Avaliação:

Redação de um artigo científico (padrão de normalização da ABNT) que deverá ser elaborado em diálogo com a disciplina e de acordo com os interesses de pesquisa do aluno. É imprescindível a participação em sala de aula. Faltas, ausência de leituras atentas e a não participação comprometerão a pontuação do trabalho final (um ponto por aula).

Bibliografia

Aula 1

Perfil sociodemográfico magistratura <https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-perfil-sociodemografico.pdf>

Resolução CNJ nº 255/2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Censo do poder judiciário: Vide: Vetores Iniciais e Dados Estatísticos. Brasília: CNJ, 2014.

Diagnóstico da participação feminina no judiciário.
<https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/conteudo/arquivo/2019/06/42b18a2c6bc108168fb1b978e284b280.pdf>

Aula 2

Eze, Emmanuel. El color de la Razón: Las ideas de “raza” en la antropología de Kant. In: Capitalismo y Geopolítica del conocimiento. Duke University, 2001. Ok

Aula 3

Quijano, Anibal. 2000b. “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”.

TORRES, Nelson Maldonado. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. Wallerstein, part I, Journal of World Systems Research, V. XI:2, summer/fall.

Aula 4

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del hombre editores; Universidad Central, 2007.

Aula 5

Franz Fanon. Pele negra Máscaras brancas.

Aula 6

Françoise Vergés. Um feminismo decolonial. Ubu, 2020.

Aula 7

COLAÇO, Thais Luzia. Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2012. ok

Aula 8

Kimberlé Crenshaw . A construção jurídica da igualdade e da diferença

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho. En: WEST, Robin. Género y teoría del derecho. Bogotá: Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, Siglo del Hombre Editores, 2000.

SMART, Carol. Las teorías feministas y el discurso jurídico. In: BIRGIN, Haidée et al. El derecho en el género y el género en el derecho. Buenos Aires: Biblos, 2000.

Aula 9

ALMEIDA, Silvio. O que é Racismo Estrutural. Editora Pólen. Ok

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de Fala?. Editora Pólen.

Aula 10

Collins, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estud. av., São Paulo , v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003.

Aula 11

FACIO, Alda. Con los lentes del género se ve otra justicia. El otro derecho, n. 28, p. 85-102. Julio 2002. FALCÃO, Joaquim. O Múltiplo Judiciário. In: SADEK, Maria Tereza et al. Magistrados: uma imagem em movimento. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DINIZ, Debora. Estereótipos de gênero nas cortes internacionais - um desafio à igualdade. ESTUDOS FEMINISTAS, v. 19, p. 451-462, 2011.

OLSEN, Francis. El sexo del derecho. In: COURTIS, Christian (comp.). Desde otra mirada: textos de teoría, crítica del derecho. Buenos Aires: Eudeba, 2009. ONU MUJERES. El progreso de las mujeres en el mundo. En busca de la Justicia. EUA: ONU Mujeres, 2011.

Aula 12

Karina Bidaseca. “Mujeres blancas buscando salvar a Mujeres color café”: desigualdad, colonialisMo jurídico y feMinisMo postcolonial.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

Aula 13

AUGUSTO, Cristiane Brandão (Org.). Violências contra a Mulher e as Práticas Institucionais. Projeto Pensando o Direito. Brasília: IPEA, 2015.

SEGATO, Rita. Femi-geno-cídio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. Qual a classe, cor e o gênero da justiça? Reflexões sobre as (im)possibilidades de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres negras pelo poder judiciário brasileiro. Mediações. Revista de Ciências Sociais. UEL, 2016.

Aula 14

FOUCAULT, Michel. 1979. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, p. 285-315.

FEDERICI, Silvia. 2018. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante.

Aula 15

DINIZ, Debora; Medeiros, Marcelo ; MADEIRO, ALBERTO . Pesquisa Nacional de Aborto 2016. Ciência & Saúde Coletiva **JCR**, v. 22, p. 653-660, 2017.

MADEIRO, Alberto Pereira ; DINIZ, Debora . Serviços de aborto legal no Brasil ? um estudo nacional. Ciência & Saúde Coletiva **JCR**, v. 21, p. 563-572, 2016

GONZALEZ, Lélia. “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”. Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.

